



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
**Secretaria do Planejamento e Gestão**  
**Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará IPECE**

**ATA 7ª REUNIÃO MENSAL DO COMITÊ PforR**

**Data:** 21/08/2014 **Início:** 14:30 **Duração:** 2:00 **Término:** 16:30 **Local:** Auditório Inhamuns SEPLAG

Quadro de Presença			
ÓRGÃO	NOME	FUNÇÃO	PRESENTES
COORDENAÇÃO PforR	Ana Cristina Medeiros	Coordenadora UGP PforR	OK
	Laura Carolina Gonçalves	Técnica de Monitoramento e Controle	OK
	Fabiana Silva de Castro	Técnica Suporte Operacional e Logístico	OK
	Heloísa Simone Silva Cunha	Técnica	OK
	Giuseppe Furtado Nogueira	Consultor Individual	OK
	Viviane Ramos da Costa	Consultor Individual	OK
ADECE	Edilson Teixeira Júnior	Titular	OK
	Cecy de Castro	Suplente	OK
ARCE	Alexandre Caetano da Silva	Titular	OK
	Alceu de Castro Galvão Júnior	Suplente	-
CAGECE	Silvia Maria Cortonesi Cela	Titular	OK
	Carlos Rossas Mota Filho	Suplente	OK
CEDE	Marilda dos Santos Rocha	Titular	OK
	Gotardo Gurgel Gomes Júnior	Suplente	-
CGE	Paulo Roberto de Carvalho Nunes	Titular	OK
	Antônio Marconi Lemos da Silva	Suplente	-
CIDADES	Edmundo Olinda Filho	Titular	JUSTIFICADO
	Tércia Maria Pinheiro Martins	Suplente	OK
COGERH	Fábio Leite de Araújo Lima	Titular	OK
	Adahil Pereira de Sena	Suplente	-
	Sarah Furtado	Suplente	-
	Walt Disney Paulino	Representante	OK
	Mariana Cavalcante	Representante	OK
CONPAM	Maria Tereza de Farias Sales	Titular	OK
	Ulisses José de Lavor Rolim	Suplente	OK
FUNCEME	Francisco Hoilton Araripe Rios	Titular	OK
	Meiry Sayuri Sakamoto	Suplente	OK
IPECE	Victor Hugo	Titular	-
	Nicolino Trompieri	Suplente	OK
	Jimmy Oliveira	Suplente	-
PGE	Antônia Tânia Trajano Bezerra	Titular	-
	Mary Ane Vale Ferreira	Suplente	OK
	Fernando Antônio Grangeiro	Representante	-
SECITECE	Almir Bittencourt da Silva	Titular	-
	Luiz Carlos Mendes Dodt	Suplente	JUSTIFICADO
	Lene Simone Malveira Peixoto	Suplente	OK
SEDUC	Lucidalva Pereira Bacelar	Titular	OK
	Andréa Araújo Rocha Nibon	Suplente	-
	Maria Eneida Machado Maia	Suplente	OK
	Maria Celena Skeff M. de Oliveira	Representante	OK
SEMACE	Tiago Bessa Aragão	Titular	OK
	José Maurício Mendes Giffoni	Suplente	-
	Maria Dias Cavalcante	Suplente	OK
SEPLAG	Francisco Aduino Oliveira	Titular	OK
	Avilton Júnior	Suplente	-
	Naiana Corrêa Lima	Suplente	-
	Marcos Medeiros Vasconcelos	Representante	OK
SESA	Vera Maria Câmara Coelho	Titular	OK
	Ana Márcia Rodrigues	Suplente	OK
SRH	Denilson Marcelino Fidelis	Titular	OK
	Paulo Miranda Pereira	Suplente	OK
	Sérgio Moreira Câmara	Suplente	OK
STDS	Sebastião Lopes	Titular	OK
	Mary Anne Libório P. Ribeiro	Suplente	-
	Rosilene Ribeiro	Suplente	OK
TCE	Giovanna Augusta Moura Adjafre	Titular	-
	José Auriço Oliveira	Representante	OK

## INTRODUÇÃO

Às 14h00min, no Auditório Inhamuns da SEPLAG, Cristina Medeiros (IPECE) iniciou a reunião. Foi entregue a todos na recepção da reunião os seguintes documentos: Relatório Financeiro IFR, Regimento Interno, minuta ofício IPECE/UGP nº60 e Fluxo Consultoria Individual e SBQC. Seguiu-se com a apresentação em *Power Point*<sup>1</sup> cuja pauta está apresentada abaixo:

1. Abertura e apresentação dos participantes
2. Assuntos Relevantes informados pela UGP:
  - ✓ Plano de Ação;
  - ✓ IFR e Reunião com as Setoriais;
  - ✓ Revisão do Fluxo das Licitações;
  - ✓ Reunião UGP com PGE: Lista Negra; Cronograma; Identificação dos Projetos PforR pelas Setoriais; Manifestação de Interesse com TR
  - ✓ Regimento Interno do Comitê PforR: validação da proposta aprovada.
3. Monitoramento dos Indicadores, Programas e Projetos de Assistência Técnica por Setorial - Posição em Julho 2014:
  - ✓ Sumário da Posição dos Indicadores com metas para 2º semestre de 2014;
  - ✓ Sumário da Posição da execução Orçamentária dos Programas do PforR;
  - ✓ Sumário da Posição da realização dos Projetos de Assistência Técnica.
4. Encaminhamentos.

### I. ABERTURA E APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Todos que estavam presentes se apresentaram, conforme quadro de presença.

### II. ASSUNTOS RELEVANTES INFORMADOS PELA UGP

#### 1. Plano de Ação

Laura Gonçalves – IPECE informou que na reunião do Comitê de 24/07/2014 foi comunicado o fato que havia algumas reuniões agendadas com as setoriais para estabelecer alguns encaminhamentos que seriam dados com relação ao alcance dos resultados do Plano de Ação para mitigar riscos socioambientais, conforme abaixo:

- A. Reunião realizada no dia 18/07/2014 com o Especialista Alberto Costa para esclarecimentos sobre o Plano de Ação (PA) no Anexo 8 do PAD com 25 representantes da SEDUC, STDS, PGE, SRH, GABGOV, COGERH, CONPAM, SEMACE, CAGECE e IPECE.
- B. Foram realizadas as seguintes reuniões com objetivo de discutir e nivelar o conhecimento, planejar a execução de cada ação e garantir a entrega ao Banco Mundial nas datas previstas no PA:
  - ✓ Reunião no dia 23/07 às 9H30M na SEDUC sobre Ação (a) do PA, com presença da SEDUC, PGE e SEMACE, coordenado por Joízia (SEDUC);
  - ✓ Reunião no dia 28/07 à tarde na SEDUC sobre a Ação (b) do PA, com presença da STDS, SEDUC e GABGOV, coordenado por Sebastião (STDS);

---

<sup>1</sup> Apresentação disponível no site: [http://www2.ipece.ce.gov.br/pforr/comite/Apresentacao\\_Reuniao\\_Comite\\_PforR\\_21\\_08\\_14.pdf](http://www2.ipece.ce.gov.br/pforr/comite/Apresentacao_Reuniao_Comite_PforR_21_08_14.pdf)

- ✓ Reunião no dia 29/07 às 9H na SEDUC sobre Ação (c) e (d) do PA, com presença Da SEDUC e GABGOV, coordenado por Andréa (SEDUC);
- ✓ Reunião no dia 29/07 às 9h30m no CONPAM Ação (e) e (f) do PA, com presença do CONPAM, SEMACE, SRH, COGERH e CAGECE, coordenado por Tereza Farias.

C. As Atas quatro reuniões foram enviadas para Especialista Alberto Costa em 19/08/14.

Laura Gonçalves – IPECE - Informou também que solicitou as setoriais as Atas das reuniões realizadas do ponto B e estas foram encaminhadas ao Especialista do Banco Alberto Costa, cujo resumo está nas Tabela 1 a 4, e solicitou as setoriais envolvidas a se pronunciarem.

Sebastião Lopes – STDS informou que logo após a reunião realizada no dia 28/07/2014, houve uma reunião com o IPECE, com Jimmy Oliveira, e ficou acordado que falta elaborar o cruzamento com outras instituições. Informou também que vão verificar o número base no CadÚnico da quantidade de famílias quilombolas e indígenas por município para que se possa definir a quantidade de famílias que serão acompanhadas.

Tabela 1: Posição de Julho SEDUC, STDS e GabGov

Descrição da Ação	Data de vencimento	Parte Responsável	Posição em Julho	Medição da Conclusão
<b>Mitigação do Risco Ambiental e Social:</b>				
1	Até o fim do primeiro ano de implementação do Programa.	SEDUC, STDS & Gabinete do Governador	<p>Reunião realizada em 28/07/14.</p> <p>Encaminhamentos:</p> <p>a) Cruzar as informações da CEPIR com as da STDS sobre comunidades indígenas e quilombolas nos 36 municípios e concluir o levantamento.</p> <p>b) Realizar reunião com IPECE sobre a proposta de avaliação de impacto do PADIN, e sobre o levantamento do total e localização de famílias quilombolas e indígenas nos 36 municípios.</p> <p>c) A SEDUC vai viabilizar junto ao consultor individual para elaboração do material (cartilha/manual), que insira capítulo sobre a questão indígena e quilombola.</p> <p>d) Sistematizar a versão preliminar da estratégia a ser adotada para o Plano.</p>	<p>Crianças dos povos indígenas e quilombolas indo para creches ou recebendo atenção em casa aumentando de acordo com as metas gerais do Programa para Resultados.</p>

Eneida Maia – SEDUC informou que em relação a tabela 2 a Andréa Rocha (SEDUC) deu os devidos encaminhamentos.

Eneida Maia – SEDUC informou em relação a tabela 3 a SEDUC mandaria os vinte e dois projetos das Escolas Profissionais já para uma consulta prévia, mas há uma dificuldade nos planos de georreferenciamento.

Maria Dias – SEMACE informou que a Superintendência se comprometeu a contribuir com a equipe de engenharia da SEDUC para que eles entendam como é o procedimento de georreferenciamento. Sendo assim, a SEDUC já tem as diretrizes, mas ressaltou que não é um procedimento rápido.

Tabela 2: Posição de Julho SEDUC e GabGov

Descrição da Ação	Data de vencimento	Parte Responsável	Posição em Julho	Medição da Conclusão	
<i>Mitigação do Risco Ambiental e Social:</i>					
2	b) Inclusão de um módulo de treinamento específico (sobre metodologias culturalmente apropriadas) no programa de treinamento de professores a ser desenvolvido para a capacitação profissional.	Até o fim do primeiro ano de implementação do Programa.	SEDUC (Andrea) e Gabinete do Governador	Reunião realizada em: 29/07/14.  Encaminhamentos:  a) Formação de um grupo de trabalho com condições de pensar um formato para o material, com uma abordagem apropriada;  b) Disponibilização dos materiais da CEPPIR (igualdade racial);  c) Analisar o material disponível;  d) Elaboração de um módulo compreendendo as temáticas indígena e quilombola, a partir do material que for disponibilizado e das discussões em torno deste;  e) Ficou acordado que até o dia 05/08/2014 os materiais da UECE e da Célula da Diversidade (SEDUC/CODEA) serão disponibilizados para todos os participantes da reunião. Até lá o grupo de trabalho (GT) seria formado, para que o material possa ser analisado;  f) Foi sugerido que na composição do GT houvesse a participação de mais pessoas da Célula da Diversidade, assim como de pessoas da equipe do Aperfeiçoamento Pedagógico (CODEA).	Módulo desenvolvido em colaboração com a FUNAI, associações de quilombolas e Coordenadoria para a Igualdade Racial

Tabela 3: Posição de Julho SEDUC e GabGov

Descrição da Ação	Data de vencimento	Parte Responsável	Posição em Julho	Medição da Conclusão	
<i>Mitigação do Risco Ambiental e Social:</i>					
3	c) Análise inicial dos resultados das obras propostas (em coordenação com a FUNAI) e d). exclusão de locais que exijam reassentamento ou realocação de residências (com ou sem título de posse legal), inclusive de povos indígenas	Até o fim do primeiro ano de implementação do Programa.	PGE, SEDUC e SDTS sob coordenação do IPECE e em consulta junto à FUNAI	Reunião realizada em 23/07/14:  Encaminhamentos:  a) Realizar consulta sobre as escolas que estão no PforR quanto à questão ambiental e regularização fundiária;  b) Realizar consulta sobre as escolas já construídas que não têm licenciamento ambiental e que necessitam dessa ação;  c) Agendar reunião com técnicos da SEMACE para que estes orientem a equipe de engenharia SEDUC sobre a elaboração do SHAPE;  d) A PGE orientou que a SEDUC faça levantamento da documentação dos terrenos e o encaminhe à PROPAMA/PGE;  e) Convidar representantes do INCRA e FUNAI para a próxima reunião	Relatório de análise finalizado, lista de locais e confirmação de atividades sem reassentamento preparada.

Tereza Farias – CONPAM informou em relação a tabela 3 que ainda existe a necessidade de aprovação do MAPP do Plano de Segurança Hídrica e por essa razão o Especialista do Banco Alberto Costa sugeriu que o cronograma fosse alterado para 2015. Informou também que até o momento não tem a confirmação da aprovação do referido MAPP. Com relação às medidas mitigadoras, elas já estão pré-estabelecidas quando da aprovação dos planos. Com relação à Campanha da CAGECE, o CONPAM agendará uma nova reunião e ressaltou que as ações da CAGECE já estão incluídas no item da educação ambiental da coleta seletiva.

Tabela 4: Posição de Julho CONPAM, SRH, COGERH, SEMACE e CAGECE

Descrição da Ação	Data de vencimento	Parte Responsável	Posição em Julho	Medição da Conclusão	
<i>Mitigação do Risco Ambiental e Social:</i>					
4	e) Desenvolvimento de um marco de compensação para residências afetadas negativamente por alterações nos padrões de uso da terra como consequência dos planos de gestão da água	Até o fim do primeiro ano de implementação do Programa.	COGERH, CONPAM, COGERH, SRH e em consulta junto à FUNAI	Reunião realizada em 29/07/17 Encaminhamentos: a) Aguarda-se a aprovação do MAPP para dar início à elaboração dos Planos de Segurança Hídrica devendo atrasar o cronograma de execução previsto para 2014. b) Quanto às medidas mitigadoras, devem ser atendidas durante todas as fases.	Os planos de segurança da água para as três microbacias estratégicas incluem medidas adequadas para lidar com os impactos de possíveis restrições adicionais no uso de recursos naturais (em consulta junto às comunidades afetadas, inclusive povos indígenas) e documentar de maneira efetiva o apoio da comunidade indígena à sua elaboração.
5	f) Elaborar e estabelecer uma ampla campanha de comunicação sobre a qualidade da água	Até o fim do segundo ano de implementação do Programa.	CONPAM/SEMACE/COGERH/CAGECE	a) O conteúdo da referida campanha será incluída no termo de referência "Implementação da Coleta Seletiva nas três Bacias Hidrográficas Estratégicas".	Campanha de comunicação estabelecida e sob execução

Laura Gonçalves – IPECE informou que sobre o Plano de Ação entrará em contato com os responsáveis para também realizar o monitoramento dessas ações. Esse foi o primeiro mês na qual as atas foram solicitadas e que posteriormente entrará em contato para saber como anda os encaminhamentos, para a UGP acompanhar a execução dessas atividades.

## 2. IFR e Reuniões com as Setoriais

- ✓ IFR Semestral (01/01/14 a 30/06/14): entrega prevista ao BM: 28/08/14.
- ✓ Email enviado as setoriais que executaram programas do Componente I com a relação da execução (pago) de 01/01/14 a 30/06/14 para revisão dos valores executados, verificando:
  - A. Valores que não pertencem ao PforR;
  - B. Valores que não estão de acordo com as restrições listadas abaixo do Banco Mundial:
    - ✓ As empresas ou indivíduos contratados não estão na Lista Negra do BIRD: <http://web.worldbank.org/external/default/main?theSitePK=84266&contentMDK=64069844&menuPK=116730&pagePK=64148989&piPK=64148984>
    - ✓ A fonte de financiamento dos contratos não inclui recursos outros do Banco Mundial ou outros financiadores externos nacionais ou internacionais;
    - ✓ Seus projetos não apresentam impacto sócio ambiental negativo;
    - ✓ Os valores dos seus contratos (Conversão do dólar na data da assinatura do contrato) não excedem os limites abaixo:
      - Obras – inferior a US\$ 50 milhões;
      - Bens – inferior a US\$ 30 milhões;
      - Sistemas de TIC – inferior a US\$ 20 milhões;
      - Consultorias – inferior a US\$ 15 milhões.
  - C. Relação da execução (pago) de 01/01/14 a 30/06/14 – Marcos Medeiros
  - D. Reunião na SEPLAG/CPLOG com no primeiro semestre de 2014, para no dia 25/08/2014 no seguinte horário:
    - 9h - CIDADES/CAGECE
    - 13h - SEDUC
    - 10h30m - STDS
    - 15h30m - FUNCEME
- ✓ Após a análise uma declaração que afirma a observância às restrições do Banco Mundial deverá ser assinada pelos dirigentes máximos e pelos coordenadores e enviada à UGP até 26/08/14.

Heloísa Cunha – IPECE informou que o relatório financeiro (IFR) demonstra a execução do primeiro semestre e terá que chegar ao Banco até o dia 29/08/2014 – sexta-feira, ou seja, precisa ser enviado pelo SEDEX em 28/08/14. Informou também que já fora enviado para as quatro setoriais que executaram no primeiro semestre no Componente I, os valores executados para que sejam analisados, verificado o que está no escopo do *PforR* e os que estão nas restrições. Reforçou que na segunda-feira, dia 25/08/2014 a SEPLAG e UGP vai se reunir com CIDADES/CAGECE, SEDUC, STDS e FUNCEME para tratar dos valores e verificar as possíveis divergências.

Cristina Medeiros – IPECE informou que convidou o Marcos Medeiros (SEPLAG/CPLOG), pois ele é o criador do sistema que gera o relatório IFR.

Marcos Medeiros – SEPLAG informou que a Cristina Medeiros (IPECE) o convidou para participar da reunião para informar que estão elaborando o IFR e que será encaminhado na próxima semana para o Banco. Explicou que foram marcadas todas as iniciativas e as ações correspondentes e estão empacotando (termo usado no TI) todas as notas de pagamento e as notas de empenho que estão sendo geradas pela execução. Esclareceu que usou duas bases (contratos e os limites para cada tipo de despesa) e foram testadas as consistências, verificadas as regras que foram acertadas com o Banco. Explicou também que a ideia inicial era que uma vez empacotado a execução, fechado o relatório e feitas às verificações de inconsistências, seria repassado para todas setoriais para que elas verificassem se houve alguma execução feita na ação incorreta ou no elemento incorreto, pois isso poderia dar um impacto na informação repassada ao Banco. Ressaltou que o TCE e a SEPLAG têm uma parceria há dois anos com IFR's em outras duas operações (Projeto São José e Cidades I). A SEPLAG gera o relatório IFR com as notas explicativas para UGP enviá-lo ao Banco e TCE. Após auditoria do TCE do IFR anual, ou seja, do segundo semestre de 2014, será gerado relatório IFR auditado, contemplando, se for o caso, possíveis glosas nas despesas.

Cristina Medeiros – IPECE informou que o relatório enviado hoje, por e-mail para CIDADES/CAGECE, SEDUC, STDS e FUNCEME são os relatórios da execução da despesa por notas de pagamentos. Cópia do IFR impressa foi entregue na reunião e ficou de enviar também por e-mail.

Eneida Maia – SEDUC informou que participou de duas reuniões de planejamento com a SEDUC, SEPLAG e a UGP. A Secretaria fez um levantamento do que tinha sido previsto para 2014 e quando receberam o relatório, com mais de mil páginas achou estranho que as notas de pagamentos cobriam o período de 2012 a 2014. Ressaltou que ficou complicado fazer a análise e concluiu que ficou acordado, somente as despesas com os MAPPs que estão consignados com as despesas de 2014 e que estão ligados ao Programa 014 “*Ensino Médio Articulado à Educação Profissional*” e tudo o que estiver fora desse MAPPs, estará fora do IFR.

Cristina Medeiros – IPECE pediu desculpas pelo ocorrido em nome de SEPLAG/IPECE e informou que o responsável pelo sistema IFR na Coordenação de TI da SEPLAG, por erro, gerou esse relatório com gastos no período de 2012-2014, mas que o relatório está sendo refeito e será reenviado as setoriais.

Hoilton Rios – FUNCEME questionou se o objetivo da reunião de segunda será validar o relatório gerado e inclusive na perspectiva de rever as rotinas, os filtros que foram gerados pela

SEPLAG, pois se o relatório apresenta inconsistências que estão relacionadas não às despesas em si, mas na forma como o sistema está puxando os gastos de forma a gerar um relatório consistente para o Banco. Questionou também se os relatórios estão sendo gerados a partir de notas de empenhos e notas de pagamentos, ou seja, só serão considerados os gastos de execução orçamentária financeira dentro do S2GPR.

Marcos Medeiros – SEPLAG confirmou que são consideradas apenas a execução orçamentária dentro do S2GPR.

Hoilton Rios – FUNCEME questionou se quando a SEPLAG coloca os valores, se esses valores são da LOA.

Marcos Medeiros – SEPLAG confirmou que é o valor da LOA mais créditos. Reforçou que são gerados dois relatórios, a saber: o IFR a ser entregue no banco até o dia 29/08/2014 e o outro vai para a auditoria do TCE. Explicou que o IFR elaborado nas outras Secretarias quando chega a data limite, existe uma rotina, gera o empacotamento das notas de pagamento e nesse momento ele cria um subconjunto e que para o relatório enviado hoje às setoriais não havia sido gerada a rotina, não foi feito o empacotamento e que o arquivo enviado não está correto. Reforçou também que o relatório enviado é preliminar.

Marcos Medeiros – SEPLAG informou que o período das notas de pagamentos que foram emitidas estão erradas. Informou também que o relatório foi enviado pela TI da SEPLAG sem a sua verificação. Explicou que existe um relatório gerado na base do orçamento e um relatório gerado na base do IFR e já foi feita a verificação dos números nos dois relatórios e estão de acordo.

Hoilton Rios – FUNCEME informou que ainda existem peculiaridades na execução que precisam estar refletidas no sistema que vai gerar o IFR e propôs discutir, com um grupo menor, como está sendo feito o IFR, o que está sendo considerado, o que está sendo retirado. Ressaltou que a FUNCEME tem uma despesa que está em uma iniciativa, cuja origem do recurso é do Governo Federal (DNOCS) e não se pode incluir nesse recurso a cláusula de anticorrupção, logo, se ao terminar o processo, for verificado que a empresa contratada está na Lista Negra do Banco, não se pode rejeitar a licitação, pois o dinheiro não é do estado. A auditoria do TCU e CGU não vão aceitar a cláusula que fere a legislação para qual o convênio foi celebrado. Isso precisa ser visto para que se feche uma versão do sistema, que possa retirar certos itens que por ventura virão existir.

Marcos Medeiros – SEPLAG informou que a ideia inicial, no período de negociação para criar as regras do programa IFR *PforR*, era que se marcaria a ação, mas não tinha como garantir uma ação de um ano para outro, pois cada orçamento tem um orçamento, fecha o orçamento e cria um pacote e em tese não tem ligação. O que liga um orçamento a outro é o PPA e o desenho elaborado, não tinha ação, só existia a iniciativa e por isso, foi marcado nas iniciativas. Mas quando se chega à execução, vão colocar nessas iniciativas só as ações que estão ligadas ao objeto *PforR*, então não teria uma ação que não estivesse nesse escopo, como informado pelo Hoilton Rios (FUNCEME), que é um convênio com o Governo Federal que está na iniciativa, mas não está dentro do escopo. Ressaltou que após seis meses, participou de uma reunião e foi definida uma regra que dizia que quando criar uma ação no orçamento, essa deveria ser automaticamente ligada à iniciativa. Por fim, a marcação ficou sendo realizada nas

ações do *PforR* e a apresentação seria feita por iniciativa. Informou também que o sistema está sendo sumarizado por iniciativas, marcando as ações, não são verificados os MAPPs para gerar o relatório e sim o Projeto Finalístico (PF) dentro da estrutura específica e assim, podem-se excluir determinadas ações, incluir uma nota de pagamento específica. Ressaltou que quando se exclui essa base, para o TCE fica muito transparente, pois ele tem acesso ao sistema e identifica o que foi excluído. O sistema ainda está em fase de elaboração e por isso está aumentando o nível de complexidade.

Hoilton Rios – FUNCEME informou que foi colocado orçamento para o ano de 2014, mas que boa parte não será utilizada e questionou qual a diretriz da SEPLAG nesse sentido.

Marcos Medeiros – SEPLAG informou que havia um prazo para se reduzir o orçamento das mais variadas fontes e as setoriais já estão sendo orientadas. Informou também que, como existe uma UGP e existe um plano de licitações, o remanejamento é em função ao ajuste a esse plano. Se já foi ajustado, a UGP ou a própria setorial faz a solicitação de redução do orçamento de 2014 junto à SEPLAG com a Coordenadora de Orçamento Naiana Lima.

Tereza Farias – CONPAM informou que já foi identificado no CONPAM, passou para a Cristina Medeiros (IPECE) que o orçamento estava todo em 2014, já enviou um e-mail à Naiana Lima (SEPLAG) o orçamento separado por ano. Informou também que, no caso específico do CONPAM, existem dois termos de referências que estão na fase de publicação da manifestação de interesse e acredita que a licitação ainda ocorra esse ano. Explicou que a permanência do valor total foi exatamente porque se a licitação ocorrer, tem que ter o orçamento assegurado.

Marcos Medeiros – SEPLAG informou que só tem que estar no orçamento o valor que as setoriais entendem que vai ser executado em 2014.

Tereza Farias – CONPAM informou que foi orientada que para empenhar tinha que ser o valor total do convênio.

Marcos Medeiros – SEPLAG questionou se o que não for gasto ficará nos restos a pagar.

Tereza Farias – CONPAM confirmou, pois o pagamento é realizado por recebimento de produtos.

Marcos Medeiros – SEPLAG informou que essa prática de fazer o empenho por estimativa tem sido constante. Explicou que por determinação do Governo, foi criada uma regra dentro dos sistemas corporativos do Estado, onde as pessoas só vão conseguir pedir mais despesas se a relação entre pagamento e empenho for superior a oitenta por cento, ou seja, só vai conseguir mais despesas se for pago mais de oitenta por cento do que for empenhado.

Cristina Medeiros – IPECE agradeceu a participação do Marcos Medeiros e que o aprimoramento do sistema para elaboração do IFR tem sido um processo e informou que SEPLAG /IPECE tentarão deixá-lo o mais consistente possível.

### **3. Revisão do Fluxo das Licitações**

Giuseppe Nogueira – IPECE explanou sobre os processos de licitação no âmbito dos Projetos de Assistência Técnica. Informou que foi entregue o fluxograma que está bem detalhado e fora elaborado pelo Fernando Grangeiro e sua equipe (PGE) e tentou-se englobar todas as fases dos procedimentos administrativos, mas para a reunião de hoje escolheu os pontos que são os gargalos das licitações. Ressaltou que será disponibilizado também por e-mail. Com relação ao processo de Consultoria Individual, relacionou os pontos conforme Tabela 5:

“1. *Minuta do Termo de Referência, Memória de Cálculo e Minuta do Contrato*” – a maioria tem conhecimento de que é necessária a minuta do termo de referência e a memória de cálculo já finalizada para envio ao Banco para o recebimento da não objeção, mas a novidade é que para os processos de Consultoria Individual, o Banco também exige a minuta do contrato, não na fase inicial, porém, solicitamos que já seja enviado. Informou que dispõe de um modelo e a assessoria jurídica do órgão pode fazer as modificações necessárias, sem deixar de incluir as cláusulas de antifraude e anticorrupção;

“13. *Análise dos currículos, preparação do Relatório de Avaliação Curricular pela Comissão de Avaliação, com respectivo “de acordo” do Secretário ou Dirigente da Setorial*” – ficou acordado com a Comissão que na fase de conclusão do relatório de avaliação curricular, no caso da Consultoria Individual, já seria citado um parágrafo sobre a consulta à Lista Negra do Banco.

Tabela 5: Fluxo das Licitações Consultoria Individual

EVENTO	PRAZO (DIAS CORRIDOS)			RESPONSÁVEL
	PARCIAL	TOTAL	DATA	
<b>FASE DA LICITAÇÃO</b>				
1. Minuta do Termo de Referência, Memória de Cálculo e Minuta do Contrato.				
5. Proceder abertura do Processo Administrativo com numeração VIPROC, constando os seguintes documentos: Ofício de Autorização de abertura do Processo, Termo de Referência (TDR), Minuta do Aviso de Manifestação de Interesse (MI), Minuta do Contrato, Orçamento com Memória de Cálculo e documentos que justificam os valores estimados, Fonte(s) de Recursos, Ação, Dotação Orçamentária/Intenção de Gastos, Não Objeção do BIRD (caso aplicável), Portaria da Comissão de Avaliação dos Currículos – Enviar processo ASJUR	1	11		SETORIAL
13. Análise dos currículos, preparação do Relatório de Avaliação Curricular pela Comissão de Avaliação, com respectivo “de acordo” do Secretário ou Dirigente da Setorial	4	42		SETORIAL /COMISSÃO

<sup>[1]</sup> Observar evento nº 1 da fase de SDP.

<sup>[2]</sup> Observar limites estabelecidos no PAD e consultar UGP em caso de dúvidas.

Giuseppe Nogueira – IPECE informou que existem projetos com licitações em andamento e anunciou que o relatório de SDP da ARCE foi submetido ao Banco para a não objeção. Com relação ao processo de Consultoria de Empresa, fase da manifestação de interesse, relacionou os pontos conforme Tabela 6:

“1. *Minuta do Termo de Referência (TDR) e Memória de Cálculo*” – No caso da Consultoria de Empresa é necessária a abertura de dois processos administrativos, um para a publicação da manifestação de interesse e outro para a autorização de abertura de processo de seleção, na SDP. Para a fase de manifestação de interesse é necessária que a memória de cálculo já tenha sido elaborada, diminuindo o trabalho das setoriais nas próximas etapas. Reforçou que a

PGE exige as cotações e que no caso das despesas reembolsáveis é importante ter o espelho do que foi cotado. Mostrou-se disponível caso alguma setorial necessite de ajuda.

“2. *Elaborar Minuta da Manifestação de Interesse (MI) – em português e inglês, quando for o caso*” – nos casos das Consultorias acima de US\$ 300.000,00 é obrigatório o envio da manifestação de interesse em inglês. Citou que uma setorial está com o cronograma em atraso, pois a manifestação foi publicada em português, encerrou o prazo e somente depois foi enviada a manifestação em inglês. Reforçou que a publicação na UNDB é de responsabilidade da Coordenação do Projeto e a confirmação é enviada para a setorial e para a PGE.

Tabela 6: Fluxo das Licitações Consultoria de Empresa na fase de Manifestação de Interesse

EVENTO	PRAZO (DIAS CORRIDOS)			RESPONSÁVEL
	PARCIAL	TOTAL	DATA	
<b>FASES DA SELEÇÃO PARA CONSULTORIA PESSOA JURÍDICA</b>				
<b>FASE DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE</b>				
1. Minuta do Termo de Referência (TDR) e Memória de Cálculo <sup>1</sup>	1	1		SETORIAL
2. Elaborar Minuta da Manifestação de Interesse (MI) – em português e inglês, quando for o caso <sup>2</sup>	1	2		SETORIAL e UGP
5. Proceder abertura do Processo Administrativo com numeração VIPROC, para a fase de MI, com os seguintes documentos: Ofício de Autorização de para início da seleção, Minuta do Aviso de Manifestação de Interesse (MI) e Minuta do Termo de Referência (TDR). Setorial deve ainda, designar a Comissão de Avaliação (Portaria)	1	11		SETORIAL
11. Elaboração do Relatório de Formação da Lista Curta (RFLC) e Preparação da SDP	6	40		SETORIAL e UGP
<b>FINAL DA FASE DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE</b>				

Com relação ao processo de Consultoria de Empresa fase de solicitação de proposta, relacionou os pontos conforme Tabela 7:

“30. *Assinatura do Contrato*” – Esse ponto foi colocado, pois é importante a observação da quantidade de dias que leva para a assinatura do contrato de uma seleção baseada na qualidade e custo (SBQC).

Tabela 7: Fluxo das Licitações Consultoria de Empresa na fase de Solicitação de Proposta

EVENTO	PRAZO (DIAS CORRIDOS)			RESPONSÁVEL
	PARCIAL	TOTAL	DATA	
<b>FASES DA SELEÇÃO PARA CONSULTORIA PESSOA JURÍDICA</b>				
<b>FASE DE SOLICITAÇÃO DE PROPOSTAS</b>				
1.Proceder abertura de novo Processo Administrativo com numeração VIPROC e encaminhar a ASJUR, com os seguintes documentos: Ofício de Autorização de Abertura de Processo de Seleção (SBQC, SQC, SBQ,...), Termo de Referência, Solicitação de Propostas, Memória de Cálculo e documentos que justificam os valores estimados, Fonte(s) de Recurso(s), Ação, Dotação Orçamentária/Intenção de Gastos (IG), Não Objeção do BIRD (caso aplicável)	1	49		SETORIAL
8. Avaliação das propostas técnicas e elaboração do Relatório de Julgamento Técnico.	5	94		SETORIAL/COMISSÃO
30. Assinatura do Contrato.	1	152		SETORIAL

#### 4. Reunião UGP e PGE em 05/08/2014

##### A. Pontos Discutidos:

- ✓ Fluxograma REVISADO (entregue)
- ✓ Lista Negra;
- ✓ Identificação dos Projetos *PforR* pelas Setoriais;
- ✓ Clausulas antifraude e anticorrupção em todos os documentos;
- ✓ Orientação Manifestação de Interesse ser enviada com TR.

##### B. Ofício circular IPECE/UGP nº 60/2014 (minuta entregue)

- ✓ Será encaminhado amanhã a todas as setoriais
- ✓ Aborda os itens 2,3 e 4.

Giuseppe Nogueira – IPECE informou que durante a reunião com a PGE, foi discutido o fluxograma explicado no tópico acima. Informou também que em relação à Lista Negra ficou definido que a confirmação de verificação estará detalhada no relatório de formação da lista curta, caso seja uma Consultoria de Empresa e no relatório de avaliação curricular, caso seja Consultoria Individual. Nos casos de shopping e concorrência será informado no Relatório de Julgamento. Durante a reunião foi colocado pela PGE que estão chegando processos na Comissão sem a identificação devida. Sendo assim, foi proposto que tanto para o Componente I como para o Componente II seria interessante que as setoriais seguissem o anexo da minuta de ofício, entregue durante a reunião, tornando mais fácil a identificação dos processos.

Viviane Cunha – IPECE informou que essa prática é importante por causa da rotatividade que tem nas Comissões.

Giuseppe Nogueira – IPECE informou que em relação às cláusulas sobre antifraude e anticorrupção têm que estar em todos os documentos e lembrou que na SDP e no shopping as cláusulas já fazem parte do relatório e na Consultoria Individual tem que estar na minuta do contrato. Finalizou informando que, por sugestão da UGP e com aprovação da PGE, a publicação da manifestação de interesse deverá ser realizada com o termo de referência para minimizar os riscos.

Hoilton Rios – FUNCEME informou que tinha ficado acordado em reuniões passadas que caberia à setorial publicar a manifestação de interesse com ou sem o termo de referência. Reforçou que publicar uma manifestação de interesse com a minuta do termo de referência aumenta o risco, pois se pode mudar substancialmente o termo, visto que a minuta está suscetível a isso. Ponderou que se for um termo já com a não objeção do termo de referência do Banco estaria perfeito, mas para uma minuta, considerou inadequada. (Esclarecimento posterior da UGP: a sugestão é o Termo de Referência aprovado não a minuta)

Laura Gonçalves – IPECE informou que foi entregue uma minuta de ofício que será enviada aos dirigentes máximos. Destacou que na referida minuta encontram-se algumas recomendações que o Giuseppe Nogueira (IPECE) já havia mencionado. Explicou que o primeiro anexo demonstra que as fontes de recursos devem ser incluídas nos relatórios dos projetos referentes ao Componente I. Ressaltou a importância para a PGE identificar que é um recurso do *PforR*. Já o segundo anexo é um parágrafo de declaração que deve ser incluído no relatório de avaliação curricular, informando a consulta da Lista Negra do Banco.

## 5. Regimento Interno do Comitê *PforR*

Cristina Medeiros – IPECE informou que o Regimento foi aprovado por todos e que o processo será encaminhado para a publicação. (OBS da UGP: Na última reunião de 24/07/2014 o documento foi aprovado com pequenas contribuições e em 25/07/2014 foi recebido da FUNCEME uma proposta de melhoria nos Artigos 8, 9 e 13 inciso X, sendo então a minuta revisada à luz das mesmas e enviada a todos por e-mail no dia 12/08/14, para análise e manifestação em caso de objeção até dia 18/08/14. Não havendo nenhuma objeção ao documento, a UGP entregou cópia da minuta final na reunião, solicitando a assinatura dos membros para confirmação escrita da aprovação do mesmo.)

### III. MONITORAMENTO DOS INDICADORES, PROGRAMAS, E PROJETOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA – POSIÇÃO EM JUNHO 2014

Laura Gonçalves – IPECE explicou a importância das sinalizações e reforçou que dessa forma é possível monitorar e tomar decisões em cada situação.

#### Indicadores

-  Probabilidade alta de atingir a meta
-  Probabilidade intermediária de atingir a meta
-  Probabilidade baixa de atingir a meta

#### Assistência Técnica

-  Realização do projeto dentro do Plano de Licitações
-  Realização do projeto com atraso de um dia
-  Realização projeto com atraso de mais de 3 meses

#### Programas

-  Execução do previsto orçado no período, conforme critérios acordados com Setorial
-  Execução de menos do previsto orçado no período, conforme critérios acordados
-  Nenhuma Execução

## 1. Sumário da Posição dos Indicadores com metas para o 2º Semestre de 2014

### METAS: 2º SEMESTRE 2014 – INDICADOR PRIMÁRIO

Laura Gonçalves – IPECE fez referência a Tabela 8 e 9 e em seguida deu a palavra para os responsáveis pelos indicadores Primários e Secundários com meta no 2º semestre de 2014.

Tabela 8 – Metas 2º Semestre – Indicadores Primários

Tema	Nº	Nome do Indicador	Setorial	Responsável	Meta	Status	Valor Desembolso US\$ Milhões
Gestão Pública	1	Número de secretarias Mutuário, utilizando o modelo para o alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos	SEPLAG	Avilton Júnior	Aprovação de modelo para o alinhamento dos incentivos	Este Indicador depende da contratação de Consultoria de Empresa -O Processo licitatório encontra-se na PGE aguardando envio de portfólios pelas empresas interessadas.	6,198
	2	Porcentagem total de investimentos públicos no âmbito do Programa preparada com metodologia aprovada		Adauto Oliveira	Aprovação da metodologia	Este Indicador depende da contratação de Consultoria de Empresa - Os portfólios estão sendo analisados pela comissão de avaliação	6,198
Crescimento Econômico	3	Aprovação da estratégia de desenvolvimento de competências, elaboração do plano de ação e implementação de ações selecionados no âmbito do plano de ação	CEDE	Marilda Rocha	Documento de estratégia finalizado	O comitê está organizando duas oficinas visando a revisão e o aperfeiçoamento do documento inicial da estratégia.	6,198
Sustentabilidade Ambiental	4	Percentual de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto	CAGECE	Carlos Rossas	84.3%	84,58%	6,198
	5	Índice de qualidade da fiscalização ambiental.	CONPAM	Tereza Farias Ulisses Rolim	40%	50,01%	6,198
<b>TOTAL</b>							<b>30,99</b>

Tabela 9 – Metas 2º Semestre – Indicadores Secundários

Tema	Nº	Nome do Indicador	Setorial	Responsável	Meta	Status
Crescimento Econômico	1	Número de técnicos com nível médio absorvidos pelo setor produtivo (público e privado) (ajustado para o ciclo econômico).	IPECE	Victor Hugo	27,8	As informações da RAIS de 2013 ainda não foram disponibilizadas. Previsão Dez/2014.
Redução da Pobreza	2	Criação e funcionamento do multisetorial do Comitê Consultivo ECD (SEDUC, SDA, SESA, STDS, SEPLAG, IPECE)	SEPLAG	Lara Costa	Duas resoluções publicadas	Uma resolução publicada em 03/04/2014. A outra Resolução está em fase de elaboração
Sustentabilidade Ambiental	3	Qualidade da água bruta, na região metropolitana de Fortaleza	COGERH	Fábio Lima/Sarah Freire	62.7	71,4
	4	Apresentação de planos de segurança de água para três bacias hidrográficas estratégicas		Adahil Sena	Termos de referência elaborados	Os Termos estão prontos - No aguardo da liberação do MAPP para ser dada continuidade ao processo licitatório.
	5	Apresentação de nova lei de proteção de bacias hidrográficas.		Adahil Sena	Proposta e consultas completos	A lei de proteção de bacias hidrográficas é decorrente da elaboração do Plano de Segurança Hídrica

Adauto Oliveira – SEPLAG informou que os indicadores da SEPLAG dependem da contratação de duas consultorias. Explicou que o indicador “Número de secretarias Mutuário, utilizando o modelo para o alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos” já está na fase da publicação da manifestação de interesse, com a data limite 09/09/2014 para o recebimento dos portfólios. Para o indicador “Porcentagem total de investimentos públicos no âmbito do Programa preparada com metodologia aprovada” informou que está analisando os vinte portfólios recebidos e o prazo para concluir o relatório da Lista Curta é até o dia

28/08/2014. Informou também que os dois indicadores estão amarelos e assim vão permanecer, pois a previsão de cumprimento ficou para o primeiro semestre de 2015.

Cristina Medeiros – IPECE questionou se poderia sinalizar como vermelho, visto que não vai ser cumprido.

Adauto Oliveira – SEPLAG concordou.

Marilda Rocha – CEDE informou que o Comitê de Estratégia está bem ativo, as reuniões estão acontecendo com frequência. Informou também que estão preparando duas oficinas para dar ações de segmento da estratégia. A primeira oficina será realizada no dia 27/08/2014 com os órgãos do governo e a segunda, com data a definir, será realizada com o setor produtivo e com a sociedade civil, seguindo as orientações do Banco para que os diagnósticos sejam aperfeiçoados.

Carlos Rossas – CAGECE informou que a meta já foi cumprida, mas estão com dificuldades da liberação do recurso do FECOP para dar prosseguimento. Ressaltou que houve troca de ofícios e de e-mails entre CAGECE e SIDADES e o último, datado de ontem o Presidente da CAGECE André Facó deixou claro todos os esforços que a Companhia tem feito, mas dizendo que não é de responsabilidade da CAGECE definir a fonte do recurso e como vai ser feita essa operacionalização para que o recurso seja repassado para a CAGECE. Destacou que no e-mail foram copiados: Carlo Ferrentini, Mário Fracalossi, Edmundo Olinda. Tércia Pinheiro, Carlos Rossas, Silvia Cela e Francied Mesquita. Informou também que isso vai impactar no IFR, pois ainda não houve nenhuma execução em cima do recurso que estava previsto e foge da alçada dos representantes do Comitê decidir como isso vai ficar. Explicou que no dia 04/06/2014 a COSAN enviou o ofício nº 40/2014 para CAGECE solicitando esclarecimentos de como foram considerados os critérios do FECOP para a aprovação de dois MAPPs, 133 e 171. O 171 faz parte do *PforR*. A CAGECE respondeu através do ofício 11/2014 em 25/06/2014 colocando que esses recursos são disponibilizados através de deliberações do Estado (FECOP, Tesouro) e que foi aprovado pelo Conselho Consultivo de Política de Inclusão Social junto ao FECOP. No ofício também foi informado quais os critérios considerados para classificar os clientes (padrão básico, popular, social) e outros esclarecimentos em cima disso.

Tércia Pinheiro – SCIDADES esclareceu que o indicador estabelecido no *PforR* está relacionado a realização de ligações intradomiciliares para melhorar o índice de utilização da rede de esgoto nos sistemas existentes, ou seja, onde já existe o sistema de esgotamento sanitário, mas as pessoas ainda não fizeram suas ligações. Então para melhorar esse índice, o Governador autorizou recursos do FECOP para que o Estado pagasse por esse serviço. Sendo assim, o recurso está disponível no orçamento da SCIDADES, que deve firmar um Termo de Cooperação com a CAGECE para que seja feito o repasse dos recursos e a Companhia possa contratar a execução do serviço. No entanto, a Lei de Diretrizes Orçamentárias tem uma cláusula que diz que as transferências de recursos para sociedades de economia mista e empresas públicas poderão ocorrer somente caso os bens resultantes pertençam ao patrimônio público estadual. Nesse caso específico, as ligações intradomiciliares ficarão dentro das casas das famílias, portanto o patrimônio não será do Estado, sendo assim, a Secretaria não tem como repassar o recurso. Diante disso, informou que foi encaminhada uma consulta à CGE, assinada com a data de ontem (20/08/2014), questionando sobre a possibilidade de celebrar o Termo de Cooperação, considerando que embora a ligação intradomiciliar esteja nas casas, a mesma vai fazer parte de um

sistema maior que é patrimônio do Estado. Sendo assim, a Secretaria não tem como repassar esse recurso sem que o patrimônio seja do Estado. Informou que fora encaminhada uma consulta à CGE, assinado com a data de ontem (20/08/2014), questionando sobre a possibilidade de fazer, considerando que embora esteja na casa das famílias essa tubulação vai fazer parte de um serviço maior que é patrimônio do Estado. Ressaltou que a Secretaria está aguardando a manifestação para saber como vai ser esse repasse.

Carlos Rossas – CAGECE informou que fora comentado pelo Diretor Comercial Neurisângelo Freitas (CAGECE) evitar o repasse do recurso e a própria SCIDADES realizaria o processo licitatório, realizaria a execução do serviço e a CAGECE passaria simplesmente a fornecer quais seriam os clientes que seriam beneficiados de acordo com as regras que atendessem aos critérios do FECOP. Ressaltou não saber se a proposta fora analisada.

Paulo Roberto – CGE informou que a consulta já chegou à CGE, será analisada e o prazo médio de resposta é de uma semana.

Cristina Medeiros – IPECE solicitou a Tercia Pinheiro (SCIDADES) que quando receber a análise da CGE, entrar em contato com a UGP para que seja realizada uma reunião para tomar decisões, deliberações e encaminhamentos.

Carlos Rossas – CAGECE questionou se é necessária a participação da CAGECE na reunião que será realizada no dia 25/08/2014 sobre a análise do IFR.

Cristina Medeiros – IPECE confirmou.

Laura Gonçalves – IPECE informou que na última reunião do Comitê foram mostrados os três indicadores que já haviam sido cumpridos pela CEDE, CAGECE e CONPAM e essas três setoriais irão receber a visitar do auditor.

Paulo Roberto – CGE informou que na última reunião do Comitê a expectativa era que para a reunião de hoje o auditor estaria presente para explicar a metodologia que utilizará nas auditorias. Informou também que foi concluída a análise dos currículos e encaminhado ao Banco o Relatório de Avaliação Curricular para a não objeção, mas até o momento não obtiveram a resposta, motivo pelo qual a controladoria não pôde contratar, motivo pelo qual o auditor não está presente, mas acredita que até o final do mês tudo irá se resolver e que na próxima reunião, em setembro, todos os presentes terão a oportunidade de conhecer essa metodologia que será de grande valia para aqueles que receberão essas atividades de auditoria.

Laura Gonçalves – IPECE informou que no dia 29/07/2014 houve uma videoconferência com Banco com Tom Kenyon e Gunars Platais e com as setoriais envolvidas no eixo de Sustentabilidade e o Banco solicitou às três setoriais, CONPAM, COGERH e CAGECE que fossem elaboradas Notas Técnicas explicando a forma de calcular os indicadores.

Tiago Bessa – SEMACE explicou que o indicador “Índice de qualidade da fiscalização ambiental.” é composto e envolve SEMACE, CONPAM E COGERH, mas o referido indicador não é calculado só por fiscalização propriamente dita, sendo também calculado o monitoramento e a educação ambiental. A fórmula exposta no protocolo assinado em 2013 é:

$$\text{Indicador} = \frac{[3x(\% \text{ Fiscalização})+3x(\% \text{ Monitoramento})+4x(\% \text{ Educação Ambiental})]}{10}$$

Informou que no mês passado o índice apresentou 96,6%. Para cada fator (fiscalização, monitoramento e educação ambiental) existem outras fórmulas, a saber:

$$\text{Fiscalização (SEMACE)} = \frac{\text{Fiscalizações realizadas}}{\text{Fiscalizações previstas}} - \frac{\text{N}^\circ \text{ de constatações} - \text{N}^\circ \text{ de condutas ajustadas}}{\text{N}^\circ \text{ de constatações}}$$

Monitoramento (COGERH) =

$$\frac{\text{Volume de água de reservatórios monitorados por telemetria}}{\text{Volume total dos reservatórios das bacias metropolitanas com previsão para instalação da telemetria}}$$

Educação Ambiental (CONPAM) =

$$\frac{\text{N}^\circ \text{ de certificações para membros do comitê e comissão gestora em educação ambiental}}{\text{Total de certificações estimadas para membros do comitê e comissão gestora em educação ambiental}}$$

Explicou que o índice no valor de 96,6% em maio se deu porque o fator fiscalização superou o previsto, ou seja, foi estipulado que seriam realizadas quinze campanhas por mês de acordo com uma reunião realizada em dezembro de 2013, com a SEMACE, CONPAM, COGERH, SRH e ADAGRI, mas a SEMACE realizou sessenta e sete campanhas. Isso puxou o fator de fiscalização para cima e conseqüentemente o índice geral subiu. Durante a videoconferência, Denilson Fidelis (SRH) sugeriu que fosse criado um fator de correção, ou seja, sempre que for realizada fiscalizações a mais do que o previsto, seria igualado os números, variando somente a parte final da fórmula (fiscalização), somente aquilo que precisa ser ajustado. Sendo assim a fórmula final de fiscalização passou a ser:

$$\text{Fiscalização} = k \cdot \left\{ \frac{\text{Fiscalizações realizadas}}{\text{Fiscalizações previstas}} \right\} - \frac{\text{N}^\circ \text{ de constatações} - \text{N}^\circ \text{ de condutas ajustadas}}{\text{N}^\circ \text{ de constatações}}$$

Finalizou suas explicações fazendo um comparativo sem e com o k. Sem o fator k, o fator fiscalização gerou 222%, o fator de monitoramento 100% o de educação ambiental 0%. Mesmo zerando o fator fiscalização, o fator monitoramento corresponde à 30% da fórmula, a meta do semestre já estaria cumprida que era de 28%. Com o fator de correção o fator fiscalização ficou em 67%, o fator monitoramento 100% e o de educação ambiental 0%, gerando um índice de 50,1%.

## **METAS: 2º SEMESTRE 2014 – INDICADOR SECUNDÁRIO**

Cristina Medeiros – IPECE informou que o Banco também questionou o indicador “*Qualidade da água bruta, na região metropolitana de Fortaleza*” e também fora solicitada a elaboração de uma Nota Técnica e por essa razão convidou o Walt Disney (COGERH) para participar da reunião.

Walt Disney – COGERH informou que o indicador refere-se à qualidade da água voltada para o abastecimento público e é um índice que integra parâmetros de qualidade que tentam medir o impacto sobre a intensidade de tratamento para tornar a água potável. Esse índice leva em consideração nove parâmetros de qualidades, a saber: coliformes fecais, ph, demandas bioquímicas de oxigênio, nitrogênio total, fósforo total, temperatura, turbidez, resíduo total e oxigênio dissolvido. Explicou que alguns desses parâmetros estão diretamente relacionados com a intensidade de tratamento e tem outros que servem de indicadores para outros parâmetros que não são quantificados, como por exemplo, o oxigênio dissolvido. Explicou também que quando é feito o tratamento para tornar a água potável, o oxigênio dissolvido não

influencia diretamente na intensidade do tratamento, mas indiretamente pode estar relacionado com outras informações, como o metal pesado, que é um parâmetro importante para a qualidade, ou seja, se o oxigênio dissolvido estiver baixo, pode tornar disponível o metal pesado. Informou que esses índices procuram sistematizar as informações de tal forma que facilite ao leigo entender a qualidade. Ressaltou que esses índices quando foram definidos não foram desenvolvidos no estado, então existem algumas limitações. Informou também que o índice não está bem adaptado às nossas condições. Explicou que existe um fator que impacta bastante no índice que é o oxigênio dissolvido, ou seja, se ele apresenta um valor elevado, ajuda a melhorar o índice, mas para as nossas condições pode ser um reflexo de oxigênio produzido pelas algas, no reservatório, e isso não é bom. Informou que antes da reunião do Comitê, conversou com a Cristina Medeiros e Laura Gonçalves (IPECE) e discutiu a ideia de incluir nas metas, além de apresentar o índice, apresentar o estado trófico dos reservatórios que poderá apresentar um indicador melhor da qualidade dessa água. Ressaltou que nas conversas com o Gunars Platais (Banco) em 2013 tentou convencê-lo a não usar esse índice. Por fim, explicou também que nas nossas condições ambientais, um fator bastante importante no nosso reservatório e qualidade da água é a renovação da massa de água, pois se o estado passa dois ou três anos sem a renovação da massa (sem o açude sangrar), então mesmo se cessar todos os impactos ambientais que existem no seu entorno, a água vai continuar deteriorando a qualidade.

## 2. Sumário da Posição da Execução Orçamentária dos Programas do Escopo do PforR

Cristina Medeiros – IPECE apresentou a Tabela 10 e as Regras. Informou que as execuções não estão como planejadas, mas que no total a execução está em 84,92%, por uma maior contribuição do Programa da SEDUC. Informou também que em relação aos Programas que estão em vermelho já houve uma apresentação do Marcos Medeiros (SEPLAG) na reunião do Comitê de (21/05/14), que demonstrou que isso já estava sendo esperado. Por outro lado, o Banco foi informado e sua posição foi flexível para aceitar essa “compensação” entre programas.

Tabela 10 – Programas do PforR

Acompanhamento dos Programas do PPA incluídos no Escopo do PforR Ceará - Julho 2014										
Setorial	Programa	Iniciativa	Previsão (R\$ milhões)			Realizado	Realizado/ Previsto (%)	Farol		
			Projeto	2014	jul/14	31/07/2014				
1	SEDUC	014 - Ensino Médio Articulado à Educação Profissional	1	00328	327,53	105,78	57,70	48,50	84%	
			2	00771	156,87	25,30	12,66	21,53	170%	
			3	00834	126,28	1,70	0,86	5,77	675%	
2	STDS	050 - Assistência Social (*)	4	03180	28,99	9,04	4,93	3,80	77%	
3	COGERH	041 - Gestão dos Recursos Hídricos (**)	5	05310	19,60	0,00	-	0,00	0,00%	-
	COGERH		6	05311	14,04	0,76	0,35	0,00	0,00%	
	SRH / COGERH		7	05273	18,84	0,00	-	0,00	0,00%	-
4	CIDADES/ CAGECE	032 - Saneamento Ambiental (***)	8	02617	53,71	33,79	15,36	0,00	0,00%	
5	CONPAM	082 - Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais e Ambientais (****)	9	03104	15,12	0,00	-	0,00	0,00%	-
	SEMACE		10	04815	14,59	0,40	0,13	0,00	0,00%	
	SEMACE		11	02466	13,89	0,40	0,13	0,00	0,00%	
	SEMACE		12	05170	20,62	6,95	1,74	0,00	0,00%	
	SEMACE		13	05155	13,39	0,15	0,04	0,00	0,00%	
6	FUCEME	079 - Monitoramento Hidroambiental do Estado do Ceará.	14	02846	15,93	1,10	0,46	0,64	139%	
	FUCEME		15	02847	13,69	0,09	0,09	0,00	0,00%	
Total			15		853,09	185,46	94,44	80,24	84,92%	

(\*) Foi enviado NT para o BM solicitando que os valores das Iniciativas 05310 (R\$ 6,5) e 05311 (R\$ 0,97) sejam modificados para refletir o MAPP 88 e 155 e o saldo (R\$ 26,16) transferido para a iniciativa 05273 que totalizará R\$ 45,04.

(\*\*) Foi enviado NT para o BM solicitando a modificação dos valores das iniciativas, conforme segue: 04815: R\$ 1,70; 02466: R\$ 1,70; 05170: R\$ 26,44; 05155: R\$ 0,70.

✓ **Lembrete:** Regras Programas

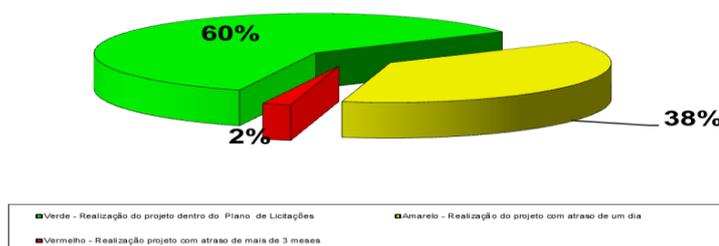
A execução dos programas deve observar as seguintes restrições:

- Devem excluir despesas que são financiadas pelo próprio BIRD ou por outras operações de crédito, ou seja, não é permitido a alocação de recursos do BIRD ou outras operações de crédito para custear despesas dos programas e iniciativas do componente
- Verificar a lista negra do BIRD a cada licitação, antes de assinar contrato. Para atender o Art. 42 da Lei 8.666/93 a SEPLAG incluiu no orçamento de cada ação um valor na fonte 69;
- Não podem apresentar impacto sócio ambiental negativo;
- Os valores dos contratos não podem exceder os limites abaixo:
  - Obras – inferior a US\$ 50 milhões
  - Bens – inferior a US\$ 30 milhões
  - Sistemas de TIC – inferior a US\$ 20 milhões
  - Consultorias – inferior a US\$ 15 milhões.

### 3. Sumário da Posição da realização dos Projetos de Assistência Técnica

Viviane Cunha – IPECE passou a apresentar a posição de 20/08/2014 dos Projetos de Assistência Técnica, explicando que dos 48 projetos 29 estão com a execução conforme o Plano de Licitação, 18 estão com atraso de um dia e 1 está com atraso de mais de 3 meses, conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Acompanhamento da Sinalização da Execução do Plano de Licitação dos Projetos



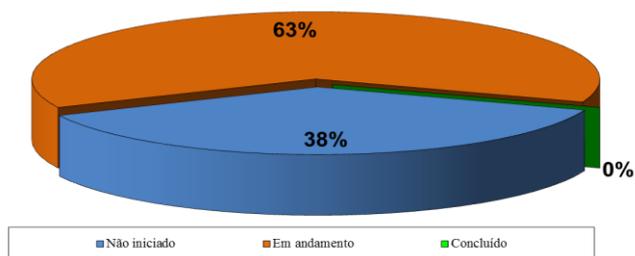
Sinalização	Setorial com o número do Projeto
Verde - Realização do projeto dentro do Plano de Licitações	29 PROJETOS: ARCE (1), CEDE (2), CGE (3, 4,5,6,7), CONPAM (8,10), FUNCEME (14), IPECE (15,16,18,19,20), , SECITECE (22,23,24,25,26), SEPLAG (28,30,32,33) SEDUC (38,39,41,42), STDS (47)
Amarelo - Realização do projeto com atraso de um dia	18 PROJETO: CONPAM (9,11,12,13), IPECE (17),PGE (21), SEDUC(36,37,40),SEMACE (43),SEPLAG (27,31,34,35),SRH (44,45,46), TCE (48)
Vermelho - Realização projeto com atraso de mais de 3 meses	1 PROJETO: SEPLAG (29)

Viviane Cunha – IPECE ressaltou que em virtude da saída da SESA, o Projeto passou a apresentar 48 Projetos de Assistência Técnica. Informou que na reunião passada do Comitê (24/07/2014) a quantidade de projetos com sinalização verde estava em torno de 96% o que equivalia a 47 dos 49 projetos e hoje passou a ser 60% com apenas 29 projetos dos 48. Percebeu que aumentou o número de termos de referência em atraso e isso vai repercutir em

todo o andamento do Plano de Licitações elaborado pelas setoriais. Solicitou atenção dos técnicos que analisem os cronogramas expostos no plano.

Viviane Cunha – IPECE passou a explicar que em relação aos estágios dos processos licitatórios, dos 48 Projetos de Assistência Técnica (posição de 20/08/2014), 18 não iniciaram e 30 estão sendo executados, conforme apresentado no Gráfico 2.

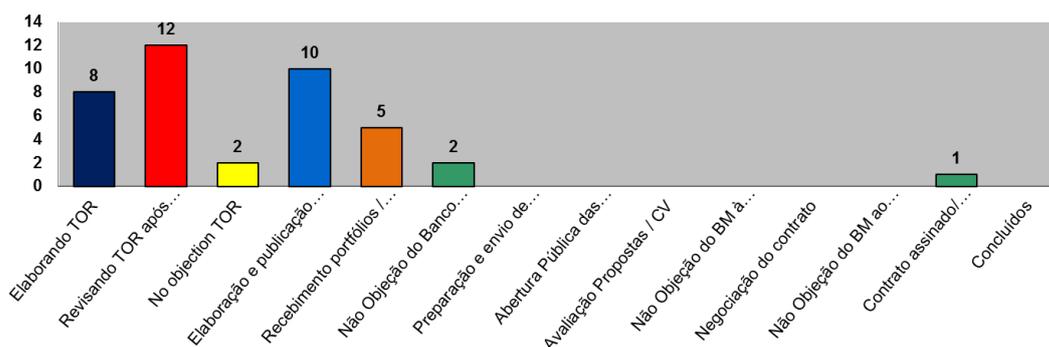
Gráfico 2 - Estágio dos Processos Licitatórios



18 Não Iniciado	CEDE (2), CGE (4,5,6,7), IPECE (16,18,20), SECITECE (25), SEPLAG (27,28,32,33,34), SEDUC (37,38,39,40)
30 Em andamento	ARCE (1), CGE(3), CONPAM(8,9,10,11,12,13), FUNCEME (14), IPECE (15,17,19), PGE (21), SECITECE (22,23,24,26), SEPLAG (29,30,31,35), SEDUC (36,41,42), SEMACE (43), SRH (44,45,46), STDS (47), TCE (48)

Viviane Cunha – IPECE informou que dos 30 projetos em andamento tem-se 40 termos de referência na qual: 8 estão Elaborando o Termo de Referência, 12 estão revisando os termos após revisão do Banco, 2 estão aguardando não objeção do Banco, 10 na fase de Elaboração e publicação MI/Edital, 5 estão na fase de recebimento portfólios, CV, Preparação Lista Curta e SDP, 2 aguardam não objeção da SDP e CV e 1 contrato assinado, de acordo com o gráfico 3.

Gráfico 3 - Projetos em Andamento



Etapas	Setoriais
Elaborando TR	SECITECE (22,23,24,26), SEPLAG (35), SRH (44, 46), STDS(47 - 1 TdR)
Revisando TR após envio ao BM	CONPAM (9, 11, 12, 13 - 3 TdR), IPECE (19), SEDUC (36, 41 - 2 TdR, 42 - 1 TdR), SEMACE (43 - 1TdR)
Não Objeção ao TR	PGE (21), SEPLAG (29)
Elaboração e publicação MI/Edital	CONPAM (8), IPECE (17), SEDUC (42 - 2 TdR), SEMACE (43 - 1 TdR), SEPLAG (31), SRH (45), STDS (47 - 1TdR), TCE (48 - 2TdR)
Recebimento portfólios / CV	CONPAM (10), FUNCEME (14), SEPLAG (30), SEDUC (42 - 2 TdR)
Não Objeção do Banco Mundial	ARCE (1), CGE (3)
Contrato assinado/ Prestando Serviço	IPECE (15 - 1 TdR)

#### ▪ Cronograma de Reuniões – Visita dos Consultores

Viviane Costa – IPECE apresentou o cronograma de reuniões, conforme Tabela 11.

Tabela 11: Cronograma de Reuniões

	PREVISÃO DE VISITAS	SETORIAL	RESPONSÁVEIS	SITUAÇÃO
1	17/07/2014	PGE	Fernando Grangeiro e Valéria Rodrigues	Realizada
2	18/07/2014	ARCE	Alexandre Caetano	Realizada
3	18/07/2014	SEPLAG	Avilton Júnior, Aduino Oliveira, Dominique Gomes	Realizada
4	21/07/2014	CONPAM	Ulisses Rolim e Tereza Farias	Realizada
5	22/07/2014	SECITECE	Almir Bittencourt, Luiz Carlos Dolt, Lene Simone de Queiroz, Tarcísio Hilter, Edgar Monte	Realizada
6	23/07/2014	STDS	Sebastião Lopes, Eileen Holanda, Rosilene Ribeiro e Cristiano Ribeiro	Realizada
7	29/07/2014	SEDUC	Lucidalva Bacelar	Realizada
8	11/08/2014	IPECE	Mário Aragão, Jimmy Oliveira, Victor Hugo e Nicolino e Witalo Paiva	Realizada
9	22/08/2014	COGERH	Adahil Sena, Ubirajara Silva	Confirmada
10	26/08/2014	SEDUC	Andréa Rocha	a confirmar
11	29/08/2014	CGE	Paulo Roberto, Marcelo Monteiro, Denise Andrade, Ítalo José	a confirmar
12	02/09/2014	TCE	Auriço Oliveira	a confirmar
13	04/09/2014	SEMACE	Maurício Giffoni	a confirmar
14	09/09/2014	FUCEME	Francisco Hoilton	a confirmar
15	15/09/2014	SRH	Denilson, Sérgio Camara Paulo Miranda	a confirmar
16	11/09/2014	ADECE	Cláudio Frota	a confirmar

#### IV. ENCAMINHAMENTOS

##### UGP

1. Envio do Ofício Circula IPECE/UGP nº 60;
2. Envio do Fluxograma por e-mail;
3. Reunião com SEPLAG e Setoriais sobre inconsistências nos valores do IFR.

##### SETORIAS

1. SECUC, CIDADES/CAGECE, STDS, FUNCEME - Análise dos valores do IFR;
2. SECUC, CIDADES/CAGECE, STDS, FUNCEME - Reunir no dia 25/08/14, segunda feira com SEPLAG e UGP sobre inconsistências nos valores do IFR;
3. SECUC, CIDADES/CAGECE, STDS, FUNCEME - Assinar Declaração sobre os valores do IFR estarem em concordância com exigências do BM;
4. SEDUC, STDS, PGE, SRH, GABGOV, COGERH, CONPAM, SEMACE, CAGECE e IPECE- Enviar datas de execução ações do Plano de Ação de Mitigação Riscos Sócio Ambiental;
5. CEDE, CONPAM/SEMACE/SRH/ COGERH e CAGECE receber auditoria de validação do cumprimento das metas do primeiro semestre de 2014.

Cristina Medeiros – IPECE finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.

#### V. ANEXOS

Anexo 1 - Gráfico - Sumário de Acompanhamento das Participações Mensais

# Anexo 1

### Gráfico da Participação por Setorial

